

A Educação Ambiental como Disciplina

- SÉRGIO DE MATTOS FONSECA, M.SC.
 - DOCENTE VOLUNTÁRIO DO CENTRO DE ENSINO INTERDISCIPLINAR,
ceiaprec@aprec.org.br
 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA AGRÍCOLA E AMBIENTAL
PROGRAMA DE PÓS – GRADUAÇÃO EM METEOROLOGIA
DOUTORANDO NA ÁREA DE MICRO CLIMATOLOGIA DE ECOSISTEMAS

INTRODUÇÃO

Saberes e Atividade Docente

A superação do fracasso e das desigualdades escolares, este o desafio que se coloca aos professores, cuja função de mediação nos processos constitutivos da cidadania dos alunos é cada vez mais importante, tanto quanto a formação desse professor para a missão. No que diz respeito à formação de professores, diversos autores têm demonstrado que os cursos de formação ao desenvolverem um currículo formal com conteúdos e atividades de estágios distanciados da realidade das escolas, numa perspectiva burocrática e cartorial que não dá conta de captar as contradições presentes na prática social de educar, pouco tem contribuído para gerar uma nova identidade do profissional docente (Piconez,1991; Pimenta, 1994; Leite, 1995 *apud* Pimenta, 1994). No que se refere à formação contínua, a prática mais freqüente tem sido a de realizar cursos de suplência e/ ou atualização dos conteúdos de ensino. Esses programas têm se mostrado pouco eficientes para alterar a prática docente e, conseqüentemente, as

situações de fracasso escolar, por não tomarem a prática docente e pedagógica escolar nos seus contextos. Ao não as colocar como o ponto de partida e o de chegada da formação, acaba por, tão somente, ilustrar individualmente o professor, não lhe possibilitando articular e traduzir os novos saberes em novas práticas (Fusari, 1988 *apud* Pimenta, 1994).

A compreensão do trabalho docente demanda que este seja analisado enquanto categoria geral e em sua especificidade, a docência. Expressa a síntese de um saber pedagógico possuído pelo professor, e este é construído pelo professor no cotidiano de seu trabalho e que fundamenta sua ação docente, ou seja, é o saber que possibilita ao professor interagir com seus alunos, na sala de aula, no contexto da escola onde atua (Azzi, 1995). Conclui a autora que em sendo o trabalho do professor uma prática social, sua ação não deve, pois, limitar-se ao prático-utilitário. A superação do professor prático-utilitário encontra uma de suas condições em uma formação profissional que, tendo o trabalho docente como seu objeto de conhecimento, considere-o como uma prática, em sua relação de unidade com a teoria e considere, ainda, que “A prática determina o conhecimento, mas não é em si mesmo o conhecimento” (Freitas, 1989 *apud* Azzi, 1995).

Educação e Meio Ambiente

Através do documento final da Conferência de Tbilisi na Geórgia (1977), percebe-se a dimensão atribuída à Educação em relação ao meio ambiente, não somente restringindo ao meio físico, mas entendendo as inter-relações com o meio social e cultural, relacionando essa com o modelo de desenvolvimento humano. A Conferência de Tbilisi reúne 41 recomendações em seu informe final, em um plano de ação mundial

para a Educação Ambiental, ampliando o seu propósito fundamental de modo a mostrar as interdependências econômicas, políticas e ecológicas do mundo moderno. Define a Educação Ambiental como instrumento para preparar o indivíduo mediante a compreensão dos principais problemas do mundo contemporâneo, possibilitando-lhe conhecimentos técnicos e as qualidades necessárias para desempenhar uma função produtiva com vistas a melhorar a vida e proteger o meio ambiente considerando os valores éticos. Sinaliza através da Recomendação 1-41 a importância do fomento à tomada de consciência das questões ambientais por parte de organismos como organizações profissionais de pessoal docente e organizações não-governamentais, que se encarreguem diretamente da infância e da juventude, para que participem na formação e na execução de estratégias nacionais de Educação Ambiental.

Tabela 1 – Dimensão dos Principais Problemas Ambientais

GLOBAIS	NACIONAIS	MUNICIPAIS
Emissão de GHG (Efeito Estufa)	Tráfico de Animais Silvestres	Lixo Doméstico e Industrial
Destruição da Camada de Ozônio	Chuva Ácida	Degradação de Mata Ciliar
Acidentes e Lixo Nuclear	Poluição por Óleo em Mar Territorial	Poluição de Rios, Lagoas e Baías

Sublinhada no décimo nono Período Especial das Sessões da Assembléia Geral (23 a 27 de junho de 1997), cinco anos após a Conferência do Rio, a Agenda 21 é certamente um dos documentos mais importantes gestado durante a Conferência das

Nações Unidas Sobre o Meio Ambiente, a Rio 92 (IBAMA, 2000). Entretanto, apesar da sua dimensão, o texto da Agenda 21 continua sendo pouco conhecido, e somente neste início de século, dez anos após sua edição, observa-se uma preocupação maior para elaboração das Agendas 21 nacionais e locais. Em seu Capítulo 36.1 a Agenda 21 afirma que a Declaração e as recomendações da Conferência Inter-governamental de Tbilisi sobre Educação Ambiental, organizada pela UNESCO e PNUMA em 1977, ofereceram os princípios fundamentais para as propostas daquele documento.

No plano nacional, a primeira Conferência Nacional de Educação Ambiental foi realizada em Brasília no ano de 1997, levantando problemáticas e recomendações sistematizadas na Declaração de Brasília. Entre as recomendações destacam-se 5 temas: a Educação Ambiental e as Vertentes do Desenvolvimento Sustentável; Educação Ambiental Formal – Papel e Desafios; Educação Ambiental no Processo de Gestão Ambiental; A Educação Ambiental e as Políticas Públicas; Educação Ambiental, Ética e Formação da Cidadania - Educação, Comunicação e Informação da Sociedade. A política nacional de Educação Ambiental foi instituída pela lei 9.795 de 27 de abril de 1999, e com a criação da Diretoria de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente tem início a elaboração do Programa Nacional de Educação Ambiental, cujos princípios orientadores são: enfoque humanista, holístico, democrático e participativo; descentralização; integração e estabelecimento de parcerias, local, nacional e internacional; respeito à pluralidade e diversidade cultural do país; multi, inter e transdisciplinaridade; enfoque sistêmico; construção social de novos valores éticos. Em junho de 1999 o Ministério da Educação inicia a estruturação da Coordenação Geral de Educação Ambiental – COEA, trazendo a grande novidade ao ensino formal, através do atendimento à recomendação da pesquisa educacional da UNESCO e de tratados internacionais sobre EA, integrando esta às demais disciplinas. A COEA sinaliza alguns

objetivos, os quais acreditamos que sejam importantes para o estabelecimento de uma via transversal entre a Educação e o Meio Ambiente:

- Incentivo a prática da EA nas escolas;
- Fortalecimento dos sistemas educacionais (secretarias), para incorporação da EA como prática na formação continuada;
- Difundir informações sobre EA no ensino formal;
- Implementar a política de EA de forma participativa e inclusiva.

METODOLOGIA

A Proposta Pedagógica CEI

A transversalidade da questão ecológica é trabalhada nas ONG's através dos seus diversos projetos desenvolvidos. Um exemplo pioneiro na Educação é a experiência da APREC Ecossistemas Costeiros, uma organização ambientalista com sede no Rio de Janeiro. Através do Centro de Ensino Interdisciplinar - CEI onde a Educação Ambiental é internalizada como disciplina e alcança os alunos que freqüentam os cursos do ensino básico.

A interdisciplinaridade, como questão epistemológica, surgiu no final do século passado, pela necessidade de dar uma resposta à fragmentação causada por uma epistemologia de cunho positivista. As ciências haviam-se dividido em muitas disciplinas e a interdisciplinaridade restabelecia, pelo menos, um diálogo entre elas, embora não resgatasse ainda a unidade e a totalidade do saber. Desde então, o conceito de interdisciplinaridade vem se desenvolvendo também nas ciências da educação, visando garantir a construção de um conhecimento globalizante, rompendo com as

fronteiras das disciplinas. Para isso, integrar conteúdos não seria suficiente, é preciso uma atitude e postura interdisciplinar, atitude de busca, envolvimento, compromisso, reciprocidade diante do conhecimento.

A ação pedagógica através da interdisciplinaridade aponta para a construção de uma escola participativa e decisiva na formação do sujeito social. O seu objetivo tornou-se a experimentação da vivência de uma realidade global, que se insere nas experiências cotidianas do aluno, do professor e da comunidade, e que na teoria positivista era compartimentalizada e fragmentada. Articular saber, conhecimento, vivência, escola, comunidade e meio ambiente tornou-se, nos últimos anos, o objetivo da interdisciplinaridade, que se traduz, na prática, em um trabalho coletivo e solidário na organização dessa nova escola. Um projeto interdisciplinar de educação marcado por uma visão geral da educação, num sentido progressista e libertador.

O Centro de Ensino Interdisciplinar da APREC integra conteúdos com a finalidade de discutir o mundo do trabalho e a construção da cidadania. Os princípios que fundamentam a proposta são:

- Educação para o trabalho: o trabalho é a principal fonte de sobrevivência dos indivíduos. A proposta de ensino destina-se aos jovens e adultos que tiveram que se inserir no mercado de trabalho sem estarem devidamente preparados. Para eles, busca-se promover uma educação básica, relacionada a questões cotidianas da vida produtiva, com o objetivo de contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.
- Ensino contextualizado: o distanciamento entre os conteúdos do ensino e o universo sócio-cultural dos alunos tem sido freqüentemente apontado como um dos responsáveis pelo fracasso escolar. Contextualizar o ensino significa trazer situações do cotidiano para a sala de aula, buscando relacionar teoria e

prática, mostrando alternativas na forma de pensar, estimulando o raciocínio crítico.

- Aprendizado de habilidades básicas: desenvolver as capacidades de "aprender a aprender", pensar crítica e criativamente, tomar decisões e resolver problemas, transferindo e aplicando o conhecimento aprendido, observando:
- O uso eficiente dos recursos (tempo, dinheiro, materiais, espaço e pessoa): definir prioridades e valores; respeitar normas de qualidade e produtividade; organizar objetivos, atividades e ações no tempo e espaço.
- O uso de informações: identificar fontes de informação; avaliar a adequação das informações; distinguir fato de opinião; interpretar uma informação; comunicar-se adequadamente.
- Regras básicas de funcionamento de sistemas: sistemas sociais e organizacionais; relações entre os indivíduos e sistemas; direitos e deveres dos cidadãos e dos trabalhadores; meio ambiente organizacional, social e ecológico; questões de saúde; aplicação do conhecimento científico e tecnológico para identificar e resolver problemas concretos.

O CEI combina o uso de multimeios com procedimentos dinâmicos. A metodologia do CEI se baseia nos seguintes conceitos:

- o cidadão é sujeito de sua aprendizagem;
- a experiência de vida e o que cada um já sabe é o ponto de partida do processo de aprendizagem;
- as novas informações, conceitos e experiências colocados ao alcance da cidadania promovem mudanças no conhecimento existente, contribuindo, a cada passo, para a construção de um novo conhecimento;
- o cidadão é visto como um ser integral (razão e emoção);

- a produtividade do cidadão cresce a partir do desenvolvimento de habilidades básicas.

A perspectiva ambiental consiste num modo de ver o mundo no qual se evidenciam as inter-relações e a interdependência dos diversos elementos na constituição e manutenção da vida. A principal função do trabalho com o tema Meio Ambiente é contribuir para a formação de cidadãos conscientes, aptos a decidir e atuar na realidade sócio-ambiental de um modo comprometido com a vida, com o bem-estar de cada um e da sociedade, local e global. Para isso é necessário que, mais do que informações e conceitos, a escola se proponha a trabalhar com atitudes, com formação de valores, com ensino e aprendizagem em atividades extensivas à comunidade na qual deve estar inserida.

Resumo da Proposta





Missão

Uma organização ambientalista que reúne educação e ecologia, sem fins lucrativos, cujos objetivos são:

- o estudo e a proteção da fauna e da flora dos ecossistemas costeiros; praias; costões rochosos; estuários; manguezais; lagoas; lagoas e da mata atlântica;**
- promover o intercâmbio técnico – científico, educacional e cultural com outras instituições de proteção ambiental, universidades, empresas e comunidades, participando ou promovendo ações de proteção/ desenvolvimento ambiental e desenvolvendo pesquisas aplicadas para a utilização racional e sustentável do meio ambiente.**

Títulos e Diplomas





DA APREC AO CEI, O CAMINHO PARA A ALFABETIZAÇÃO ECOLÓGICA

A APREC Ecosistemas Costeiros iniciou suas atividades educativas em 1998 em parceria com a ONG VIVA RIO para o projeto do Serviço Civil Voluntário. A partir daí, seguiu-se o projeto Telessalas, com a supervisão pedagógica da Fundação Roberto Marinho, em paralelo com o Telecurso Comunidade, já uma interpretação pedagógica da experiência adquirida pela APREC com os dois grandes parceiros.



A partir do ano 2000 ampliou sua atuação estabelecendo convênio com a Secretaria de Educação do estado do Rio de Janeiro - SEE-RJ para o projeto MOVA – alfabetização de jovens e adultos.

Finda a parceria da APREC com a grande ONG em 2001, já com um corpo de docentes voluntários (as) de excelente formação acadêmica, foi criado o CEI - Centro de Ensino Interdisciplinar.



- **O CEI é uma escola filantrópica, moderna, com a missão de educação de jovens e adultos, e submetendo à SEE-RJ um projeto pedagógico pioneiro, internalizando além da base comum da matriz curricular da educação básica, uma base interdisciplinar com as disciplinas de Educação Ambiental, Informática, e Cidadania e Direitos Humanos.**
- **Ao final do ano de 2002 o projeto pedagógico do CEI obteve a aprovação unânime da Comissão Verificadora da Coordenação de Inspeção Escolar/SEE-RJ.**



- **Hoje o CEI conta com uma equipe de docentes, muitos com titulação de mestres ou doutores, que produzem o que de mais avançado se aplica no ensino brasileiro, fundamental (antigo 1ºGrau), médio (antigo 2ºGrau) e pré-vestibular.**
- **Conta com o apoio da APREC Ecosistemas Costeiros, que fornece bolsas de estudo de 50% aos jovens e adultos, que encontram no projeto o resgate do interesse pelo estudo e a formação de uma cidadania com consciência da função ecológica e da importância da biodiversidade para o desenvolvimento sustentável das comunidades humanas.**



A EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO DISCIPLINA NO ENSINO BÁSICO

- **âncora para a interdisciplinaridade.**
- **desenvolver competências que promovam a identificação das questões ambientais locais e planetárias e sua abrangência multidisciplinar.**
- **possibilitar ao aluno a aquisição de conhecimentos que permitam sua participação ativa e consciente na preservação e conservação do ambiente.**



- despertar nos indivíduos a compreensão de que o meio ambiente é patrimônio de todos - um bem comum.
- disponibilizar conhecimentos que promovam transformações sócio-ambientais para uma melhor qualidade de vida.
- discutir o conceito de desenvolvimento sustentável e qual o papel que nos cabe, para atender as demandas atuais e futuras.



EDUCAÇÃO AMBIENTAL

FERRAMENTAS

Conceitos básicos para facilitar a discussão sobre os temas ambientais

DISCUSSÃO

Levantamento dos principais problemas locais e planetários
Causas, conseqüências e possíveis soluções

VIVÊNCIA

Participação ativa em eventos e/ou projetos ambientais visando a melhoria da qualidade de vida



PRINCIPAIS TÓPICOS PROGRAMÁTICOS

- **ECOSSISTEMAS**
- **EFEITO ESTUFA**
- **AQUECIMENTO GLOBAL**
- **DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO**
- **BIODIVERSIDADE**
- **RESÍDUOS SÓLIDOS**
- **RECURSOS HÍDRICOS**
- **POLUIÇÃO**
- **AGRICULTURA ORGÂNICA**
- **ECONOMIA DO MEIO AMBIENTE**



ATIVIDADES DE EXTENSÃO

Bromélias – facilitadoras da biodiversidade APREC - Ecosistemas Costeiros

2ª Oceânica O FLUMINENSE Domingo, 06 de agosto de 2000

Objetivo da Aprec é conter a extração ilegal da espécie em áreas de Mata Atlântica

Projeto defende bromélias

Projeto visa evitar a extração ilegal das plantas de seu habitat natural e cultivá-las em laboratório para posterior repovoamento de áreas degradadas. Com a criação de viveiros, houve um baixo custo de produção, afirma Setim.

A ideia começou a ser posta em prática com o apoio das comunidades costeiras (Aprec), orientada com força total. Um dos principais objetivos da iniciativa é conter a extração ilegal da espécie em áreas de Mata Atlântica, inserindo-a no comércio em laboratório. O primeiro viveiro já está sendo montado em uma fazenda, onde pesquisadores, técnicos e produtores, além de produtores locais, estão trabalhando para a criação de viveiros. Aprec está utilizando um tipo de tecnologia denominada hidroponia, desenvolvida pelo instituto de Biologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, para a produção de plantas em laboratório. Aprec está utilizando um tipo de tecnologia denominada hidroponia, desenvolvida pelo instituto de Biologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Uma das vantagens da iniciativa de Aprec consiste na captação de sementes quando o ecossistema está em recuperação. A reprodução de bromélias em viveiros é feita em condições controladas, permitindo a produção de plantas saudáveis e adaptadas ao ambiente natural.

Uma das vantagens da iniciativa de Aprec consiste na captação de sementes quando o ecossistema está em recuperação. A reprodução de bromélias em viveiros é feita em condições controladas, permitindo a produção de plantas saudáveis e adaptadas ao ambiente natural.

MINISTERIO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL
DELEGACIA FEDERAL DE AGRICULTURA

REGISTRO DE ESTABELECIMENTO

Certifico que esta devidamente registrado neste Ministério sob o Nro.: RJ-07048-3

O Estabelecimento ASSOCIACAO DE PROTECAO A ECOSISTEMAS COSTEIROS

CIC/CPF Nro.: 06109206-0001/03 Inscrição Estadual

Localizado at RUA DR. MAGALHOES PILEGADO, 825

Bairro: ITAIPU Localidade/Distrito:

Município: Niterói UF: RJ

CEP: 24342330 Processo Nro.: 21044010972000

Área: MATERIAL DE MULTIPLICAÇÃO VEGETAL Concessão: 06/11/2000

Atividade: PRODUTOR

Classificado como: ORNAMENTAIS Concessão: 06/11/2000

Especie a produzir: BROMÉLIAS

Especie a comercializar: BROMÉLIAS

Atendido que foram os dispositivos regulamentares em vigor.

Rio de Janeiro, 06 de Novembro de 2000

Dr. Sérgio Luiz de Souza
Diretor de Registro

Em tempo, conforme com o processo 21044 010972/0000 o estabelecimento produtivo também se registra. *Miguelina Maria, da zona de... e Araceli Schwaner*

Ass. Paulo Roberto de Souza
Diretor de Registro



ATIVIDADES DE EXTENSÃO

Reflorestamento em Manguezais APREC - Ecossistemas Costeiros





ATIVIDADES DE EXTENSÃO

Caminhadas Ecológicas – Culturais APREC - Ecossistemas Costeiros





EQUIPE PEDAGÓGICA

- **Profa. Analeonor Mori Bezerra de Oliveira**
- **Profa. Kátia de Mattos Garcia**
- **Prof. M.Sc. Sérgio de Mattos Fonseca**
- **Profa. M.Sc. Solange Nunes Mattos**

TelFax: (21)2609-8573

ceiaprec@aprec.org.br

Educação Ambiental no Ensino Básico

O CEI tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania ecológica, bem como a sua preparação para o trabalho, visando:

- Capacitar jovens e adultos com conhecimentos e habilidades gerais e específicas para o exercício de atividades produtivas;
- Proporcionar a formação de profissionais aptos a exercerem atividades específicas no trabalho, com escolaridade correspondente;
- Dar condições de acesso ao conhecimento sistemático e universal a partir da realidade de vida dos alunos, favorecendo seu desenvolvimento integral;
- Estimular o desenvolvimento de atitudes crítico - reflexivas, do espírito de investigação, da criatividade e da solidariedade;
- Realizar pesquisas científicas e ensaios tecnológicos com a finalidade de fomentar o espírito inovador do educando e contribuir para o desenvolvimento tecnológico e científico do país;
- Estimular atitudes e hábitos saudáveis à vida em sociedade, em um ambiente onde todos possam:

Compreender e respeitar os direitos e deveres do ser humano, do cidadão, da família, dos grupos sociais e do Estado;
- Acessar e dominar recursos científicos e tecnológicos que lhes permitam situar-se, criticamente, diante da realidade, assumindo responsabilidades sociais;
- Preparar-se para participar produtivamente da sociedade, através do exercício profissional responsável;

- Participar de práticas na formação para a qual se habilitou, com vistas ao futuro exercício profissional.

O CEI elabora a elevação do nível de escolaridade capacitando os jovens e adultos a desenvolver praticamente os conceitos de Cidadania e Meio Ambiente, potencializando tanto para a prática ecológica e cidadã, e colaborando com a implantação da Agenda 21 local.

Os jovens e adultos alvos dos cursos de ensino médio e fundamental do CEI constituem um grupo homogêneo do ponto de vista sócio-econômico. São provenientes das classes populares, onde a necessidade de trabalhar para subsistência se coloca desde muito cedo. Do ponto de vista sócio-cultural, jovens e adultos se caracterizam como um grupo heterogêneo: operários da construção civil, donas de casa, empregadas domésticas, porteiros, lixeiros, balconistas, faxineiros, etc. A maioria passou em algum momento pela escola, alguns apenas meses outros cursaram alguns anos, porém o tempo de escolarização nem sempre significa mais conhecimentos e facilidade para aprendizagem. A heterogeneidade é consequência de aprendizagens e experiências em diferentes contextos sociais, com seus conceitos, crenças, valores, atitudes e procedimentos, constituindo processos diferenciados de aprendizagem, conhecimento e formas de pensamento e não diferentes potenciais para aprendizagem.

RESULTADOS

Garantir o emprego é o grande desafio atualmente. Entretanto, em todo Brasil, mais de cinquenta milhões de pessoas acima de 14 anos não concluíram sequer o Ensino Fundamental. Somente no Rio de Janeiro, este número alcança 1 milhão. Um enorme contingente de trabalhadores enfrenta uma dificuldade crescente para ingressar no mercado de trabalho ou manter-se nele. Elevar a qualidade de vida dos cidadãos, desenvolver economicamente o município, combater o desemprego, não são apenas responsabilidades dos governos. As organizações da sociedade civil, as entidades comunitárias, as empresas e o governo atuam em parceria no enfrentamento de um de nossos problemas mais urgentes. Assumindo, assim, um papel estratégico em relação ao crescimento econômico do município e, principalmente, ao bem estar da população e do meio ambiente. Segundo relato de sua diretora, Profa. M.Sc. Solange Maria S.N. Mattos, o trabalho desenvolvido no CEI nestes últimos anos formou cerca de 200 (duzentos) cidadãos (ãs), grande parte encaminhada ao mercado de trabalho local.

São grandes os desafios a enfrentar quando se procura direcionar as ações para a melhoria das condições de vida no mundo. Um deles é relativo à mudança de atitudes na interação com o patrimônio básico para a vida humana: o meio ambiente. Os alunos podem ter nota 10 nas provas, mas ainda assim, jogar lixo na rua, pescar peixes - fêmeas prontas para reproduzir, atear fogo no mato indiscriminadamente, ou realizar outro tipo de ação danosa, seja por não perceberem a extensão dessas ações ou por não se sentirem responsáveis pelo mundo em que vivem. A problematização e o entendimento das conseqüências de alterações no ambiente permitem compreendê-las como algo produzido pela mão humana, em determinados contextos históricos, e comportam diferentes caminhos de superação. Dessa forma, o debate na escola pode incluir a dimensão política e a perspectiva da busca de soluções para situações como a

sobrevivência de pescadores na época da desova dos peixes, a falta de saneamento básico adequado ou as enchentes que tantos danos trazem à população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A solução dos problemas ambientais tem sido considerada cada vez mais urgente para garantir o futuro da humanidade e depende da relação que se estabelece entre sociedade/ natureza, tanto na dimensão coletiva quanto na individual entre os gêneros de nossa espécie, quanto às nossas relações interespecíficas. A perspectiva ambiental consiste num modo de ver o mundo no qual se evidenciam as inter-relações e a interdependência dos diversos elementos na constituição e manutenção da vida. À medida que a humanidade aumenta sua capacidade de intervir na natureza para satisfação de necessidades e desejos crescentes, surgem tensões e conflitos quanto ao uso do espaço e dos recursos. A demanda global dos recursos naturais deriva de uma formação econômica cuja base é a produção e o consumo em larga escala. A lógica, associada a essa formação, que rege o processo de exploração da natureza hoje, é responsável por boa parte da destruição dos recursos naturais e é criadora de necessidades que exigem, para a sua própria manutenção, um crescimento sem fim das demandas quantitativas e qualitativas desses recursos. As relações político - econômicas que permitem a continuidade dessa formação econômica e sua expansão resultam na exploração desenfreada dos recursos naturais, especialmente pelas populações carentes de países subdesenvolvidos como o Brasil. Os rápidos avanços tecnológicos viabilizaram formas de produção de bens com conseqüências indesejáveis que se agravam com igual rapidez. A exploração dos recursos naturais passou a ser feita de forma demasiadamente intensa, a ponto de pôr em risco a sua renovação. Sabe-se agora

da necessidade de entender mais sobre os limites da renovação de recursos tão básicos como a água, por exemplo.

Uma das principais conclusões e proposições assumidas em reuniões internacionais é a recomendação de investir numa mudança de mentalidade, conscientizando os grupos humanos da necessidade de adotar novos pontos de vista e novas posturas diante dos dilemas e das constatações feitas nessas reuniões. Por ocasião da Conferência Internacional Rio 92, cidadãos representando instituições de mais de 170 países assinaram tratados nos quais se reconhece o papel central da educação para a “construção de um mundo socialmente justo e ecologicamente equilibrado”, o que requer “responsabilidade individual e coletiva em níveis local, nacional e planetário”. É isso o que se espera da educação ambiental no Brasil, assumida como obrigação nacional pela Constituição promulgada em 1988, e melhor compreendida agora a partir do curso ministrado na ONG. A principal função do trabalho com o tema Meio Ambiente é contribuir para a formação de cidadãos conscientes, aptos a decidir e atuar na realidade sócio-ambiental de um modo comprometido com a vida, com o bem-estar de cada um e da sociedade, local e global. Para isso é necessário que, mais do que informações e conceitos, a escola se proponha a trabalhar com atitudes, com formação de valores, com ensino e aprendizagem de procedimentos.

É grande a dificuldade de obter uma visão mais global da realidade, uma vez que geralmente o conhecimento é apresentado para os alunos de forma fragmentada pelas disciplinas que compõem a grade curricular escolar. Entretanto, a formulação do projeto educacional do Centro de Ensino Interdisciplinar – CEI - internalizando a Educação Ambiental como disciplina por meio da discussão, decisão e encaminhamentos conjuntos, com atribuição de responsabilidades pelos corpos docentes e discentes, possibilita superar o fracionamento do saber. As divergências de interesses, vários

exercícios profissionais e as diferentes escalas de valores, por terem que se articular na efetivação do projeto pedagógico, contribui para a construção de uma cidadania com consciência ecológica.

BIBLIOGRAFIA

AZZI, Sandra: Trabalho docente: autonomia didática e construção do saber pedagógico in PIMENTA, S.G.(org.): Saberes pedagógicos e atividade docente, Cortez Editora, 1995.

BARBIERI, José Carlos: Instrumentos de Política Pública Ambiental, mimeo, Rio de Janeiro, 1999.

D'ANTOLA, Arlette (org.): A Prática Docente na Universidade, Editora Pedagógica e Universitária Ltda, 1995.

FONSECA, Sérgio de Mattos: O Valor de Existência de um Ecossistema Costeiro Tropical, Através da Disposição ao Trabalho Voluntário, dissertação de mestrado ao PPGCA/UFF, Niterói, 2001.

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente: Educação para um futuro sustentável, Edições IBAMA, Brasília, 2000.

IBGE – Fundação Instituto de Geografia e Estatística: Censo 1990 – Dados Populacionais Atualizados, Gráfica IBGE, Rio de Janeiro, 1996.

LEITE, Ana Lúcia Tostes de Aquino Leite & MEDINA-MININNI (Coordenadoras), Nana: Educação Ambiental: curso básico a distância: documentos e legislação da educação ambiental, 5 v., 2ª edição, MMA, Brasília, 2001.

MOREIRA, Marco Antonio: Ensino e Aprendizagem: o significado de alguns conceitos básicos segundo diferentes perspectivas teóricas in MOREIRA, M.A.(org.): Ensino na Universidade, sugestões para o professor, PADES/UFRGS/PROGRAD, Editora da Universidade, 1994.

PIMENTA, Selma Garrido: Formação de professores: identidade e saberes da docência in PIMENTA, S.G.(org.): Saberes pedagógicos e atividade docente, Cortez Editora, 1994.

VIEIRA, Liszt: Cidadania Global e Estado Nacional, Rio de Janeiro, mimeo, 1999.